

REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – UNESP/ MARÍLIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES. REIS, Martha dos (Departamento de Didática; Faculdade de Filosofia e Ciências). Eixo temático: Formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Introdução

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada sobre o processo de formação de professores no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Marília (SP).

A investigação acadêmica pautou-se pelo levantamento e análise de fontes documentais impressas relativas ao próprio Curso e aos documentos dos órgãos oficiais que estabelecem diretrizes para os cursos de formação de professores de maneira geral. Contou-se ainda, com a história oral no regaste histórico dos elementos que, até então, não estavam cristalizados em fontes escritas.

Para efeito de análise, a trajetória histórica do curso em questão, pode ser dividida em três períodos distintos. O primeiro pode ser delimitado pelo momento da criação do próprio Curso (1959) até o início da década de 1990, caracterizado, sobretudo, por mudanças da nomenclatura de disciplinas, alterações no rol de optativas e ajustes à legislação vigente. A partir de 1990, começou a haver uma movimentação interna, desencadeada pelo Conselho de Curso de Pedagogia, que culminou em uma reestruturação curricular significativa, estabelecendo novos rumos ao curso. Esta nova configuração esteve, na sua essência, em vigor até o final de 2009, coexistindo com uma nova grade curricular implantada a partir de 2007 com o objetivo de adequar o curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia. Deve-se destacar que em 1997, houve a necessidade de se promover ajustes no currículo de modo a adequá-lo à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996. Contudo, tais ajustes não afetaram, de modo significativo, o currículo até então em vigor.

No entanto, neste momento, nossa preocupação está voltada para o processo de formação de professores no curso de Pedagogia e, sendo assim, nossa análise estará limitada às configurações do currículo que permitem esta formação.

Temos como propósito neste texto apresentar comparações em termos de objetivos formativos entre duas grades curriculares: a que foi extinta em 2009 e a que se iniciou em 2007 e teve sua primeira turma de formandos em 2010.

Formar professores: prioridade no Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP / Marília

Uma das mais importantes reestruturações curriculares do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Marília(SP), começou a ocorrer a partir de 1990, quando o Conselho de Curso encaminhou à Reitoria proposta de alteração curricular.

A nova proposta apresentava como justificativa a necessidade premente sentida por professores e alunos em dar novos rumos ao curso, o que implicava em revisar os objetivos e buscar um reordenamento “mais lógico, horizontal e vertical, da distribuição das disciplinas”.

Buscava-se situar os objetivos do curso com a realidade educacional daquele momento e a proposta central era “formar o professor que exerce e responde pela educação desenvolvida no âmbito da escola. Propõe-se igualmente formar especialistas nas várias áreas da atividade educativa”.(CONSELHO DE CURSO DE PEDAGOGIA, 1990).

Os autores da Proposta argumentavam que :

“Por **formação** aceita-se o desenvolvimento total, completo e harmonioso que envolve a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades, no caso, referentes à educação em geral e ao processo ensino - aprendizagem que acontece na escola, na sala de aula em particular. A técnica, a criatividade e o comprometimento com a educação enquanto prática social, são alvos perseguidos. Se ‘**saber fazer**’ no ensino é necessário, mais imprescindível se faz saber ‘**porque**’, ‘**para que**’ e a ‘**quem**’ ensinar. Isto requer aprendizado lento e contínuo, a médio e a longo prazo com vistas a um aprofundamento crescente do significado da prática e dos modos alternativos de fazê-la. Busca-se assim uma ação pedagógica tecnicamente competente e que politicamente garanta o acesso e a permanência na escola (principalmente na escola de Primeiro Grau) das camadas populares e um ensino básico unitário a toda a população brasileira” (Grifos nossos). (CONSELHO DE CURSO DE PEDAGOGIA, 1990, p. 609 –610)

Optou-se por direcionar o núcleo fundamental do curso para a formação do professor, visto como o profissional que vive parte do seu dia ligado a uma ação pedagógica dentro de uma instituição escolar. Diante deste quadro, a Habilitação “Magistério das Matérias Pedagógicas do Segundo Grau”, passaria, de acordo com a proposta, a ser obrigatória devendo o aluno cursar mais uma habilitação de sua escolha para concluir o curso.

O principal objetivo visado era a “formação do professor crítico, criativo, competente e comprometido com a tarefa a realizar”. Quanto à formação dos

especialistas da educação “procura-se alcançar uma formação que privilegie o fazer pedagógico da escola e que possibilite uma ação conjunta destes profissionais, voltada para o coletivo”.

Para atingir os objetivos apregoados, buscou-se dispor as disciplinas de modo que fossem garantidas a unicidade e a organicidade do currículo que, em última instância, seriam definidas pelas ementas que foram todas revistas. A intenção era garantir que o aluno tivesse a visão de totalidade do curso e não de matérias isoladas, estanques, soltas, fragmentadas.

Outra novidade na proposta apresentada dizia respeito à preocupação de superar a dicotomia entre a teoria e a prática. Para vencer esse desafio, propunha-se “atividades de contato com a realidade” a ser desenvolvidas pelos alunos nos dois primeiros anos do curso. Tais atividades seriam “orientadas e avaliadas pelos professores da classe, em conjunto”.

Além de articular teoria e prática, as atividades de contato com a realidade visavam eleger a prática como fonte de conhecimento “sensível” e objetivava “gerar compromisso com a transformação social”.

Havia na proposta uma valorização do Estágio Supervisionado “visto como uma oportunidade ímpar de se viver a teoria na prática” e, portanto, devia ser organizado de forma progressiva e abranger atividades de observação, participação e regência nas escolas da rede pública conveniadas. A médio prazo, a Universidade deveria contar com uma escola de aplicação em um dos bairros periféricos da cidade para a prática dos estágios e desenvolvimento de projetos de trabalhos que garantissem uma efetiva articulação com o ensino fundamental e médio.

Tendo como consideração tais princípios, foi apresentada a nova organização curricular e proposta a seriação ideal estabelecida através da publicação da Resolução UNESP n. 15, de 22 de março de 1991.

Vale destacar que, a partir da publicação desta RESOLUÇÃO, o Curso passou a ser tratado como **Licenciatura em Pedagogia**.

Analisando-se as ementas das disciplinas obrigatórias em conformidade com a nova organização curricular, é possível verificar que, em termos gerais, esperava-se que o futuro professor fosse portador das seguintes características :1)atitude de compromisso com a realidade na qual iria atuar; 2) tivesse sólido conhecimento teórico; 3) soubesse conciliar a teoria e a prática; 4) desenvolvesse uma proposta político - pedagógica de socialização do saber escolar às classes populares; 5) fosse capaz de analisar, de forma crítica, as metodologias em vigor e de elaborar novas formas de ensinar; 6) tivesse competência para direcionar a reflexão e a análise para a linguagem usual das crianças que freqüentavam as escolas públicas; 7)

desenvolvesse atitudes e habilidades necessárias à tomada de decisões sobre o ensino a realizar; 8) que se traduzisse em um profissional preocupado com o como fazer, o que fazer, para que fazer e a quem fazer, 9) que reunisse competência e criatividade; 10) que tivesse conhecimentos básicos de estatística necessários para a metodologia de pesquisas no campo da educação; 11) que compreendesse o significado do processo de aprendizagem; 12) que tivesse uma linguagem criativa e soubesse trabalhar textos teóricos; 13) tivesse o hábito de refletir para a busca de possíveis alternativas de mudanças na prática do educador; 14) pensasse criticamente a realidade; 15) concebesse a educação “como o exercício permanente do homem fazer-se pessoa e fazer-se político” – educação como um processo pedagógico e político; 16) pensasse criticamente a práxis educativa e superasse a dicotomia teoria-prática, através do desenvolvimento do pensamento – ação em pedagogia; 17) tivesse uma visão global e histórica dos sistemas educativos; 18) que se preocupasse constantemente com a realidade da escola pública brasileira; 19) soubesse elaborar, já no primeiro ano do curso, resumos, fichamentos, relatórios, monografias e resenhas críticas; 20) que tivesse um posicionamento crítico frente à realidade dos dias atuais através do conhecimento da história e que se reconhecesse enquanto agente histórico.

Percebe-se que havia nesta estrutura curricular, uma nova concepção de educação, vista como um ato político e uma clara preocupação em formar o professor para atuar junto às camadas populares da população. Parafraseando Antonio Gramsci, é possível dizer que se estava em busca de formar o “intelectual orgânico” já que o princípio norteador da reformulação era a educação para a transformação o que requeria, de imediato, mudanças no fazer pedagógico encontrado no âmbito da própria instituição formadora.

Dessa forma, a nova grade curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia passou a vigorar para as turmas ingressantes em 1992, sendo optativa para os alunos que ingressaram em 1991.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores e o novo formato do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências

Em 1997, o Conselho de Curso de Pedagogia promoveu ajustes na grade curricular do curso visando atender as exigências impostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996. As modificações

ocorreram, sobretudo, na organização dos estágios curriculares, na forma de organizar as práticas de ensino e adequações de nomenclatura de parte das disciplinas. Tais alterações não afetaram, na sua essência, os objetivos formativos do curso propostos na reestruturação curricular anterior.

Contudo, pautado em uma rigorosa avaliação do curso, o Conselho de Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília, iniciou em 2004, um processo de reestruturação do curso de Pedagogia com o objetivo de aprimorar a formação inicial de professores adequando a grade curricular vigente desde a última reestruturação, ocorrida em 1999 que promoveu ajustes à nova L.D.B. e elegeu a Habilitação Magistério para as Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental como obrigatória. Em meio ao processo de avaliação e propostas de reestruturação curricular, O Conselho de Curso e a Comissão responsável pela coordenação dos trabalhos, foram surpreendidos pela aprovação dos Pareceres CNE/CP n° 5/2005, n° 3/2006 e da Resolução CNE/CP n° 1/2006. Tais documentos obrigaram a Comissão de Reestruturação a rever o cronograma de trabalho e propor uma nova grade curricular que atendesse as determinações oficiais. Dessa forma, a última turma formada pela grade antiga concluiu o curso em 2009 e em 2010 formaram-se os primeiros professores pelo novo formato do curso.

Na nova composição curricular do curso de Pedagogia todas as habilitações foram extintas e para contemplar uma formação que permitisse ao futuro profissional da educação capacidades para ser professor (da educação infantil às séries iniciais do ensino fundamental), administrador, supervisor e orientador em tempos em que o discurso da inclusão está na ordem do dia, houve a necessidade de compor um currículo que abrigasse em seu corpo disciplinas que antes só eram ministradas nas habilitações. Tal exercício se concretizou a partir do “sacrifício” de componentes curriculares que, no modelo anterior, colaboravam para a formação integral de um professor que pudesse reunir todas as qualidades expostas e desejadas na reestruturação curricular de 1991.

A nova grade curricular, em vigor desde 2007, apresentou problemas em sua concretização. Parte das disciplinas eram ministradas por professores com contratos de trabalho precários (substitutos ou bolsistas), havia uma insatisfação por parte dos alunos em relação à formação generalista a que estavam submetidos.

Vale ressaltar que a primeira turma graduada neste novo formato, sentiu-se, declaradamente, “enganada” já que prestaram vestibular para um Curso de Pedagogia que não mais existia no momento em que ingressaram na Faculdade. Tais alunos, passaram os quatro anos do curso, reivindicando o direitos de fazer as habilitações

que serviram de atrativo para que viessem cursar Pedagogia. Coube ao Conselho de Curso de Pedagogia, aos Departamentos de Ensino e a uma infinidade de documentos expedidos pela Pró-Reitoria de Graduação, as explicações plausíveis para que, finalmente, as três turmas (aproximadamente 120 alunos) aceitassem as mudanças como um fato, dado e acabado.

Um dos maiores problemas enfrentados por todos (alunos e professores) no formado atual do curso, reside na implementação dos chamados N.E.Is. – Núcleo de Estudos Integradores, que resultou no acréscimo de 15 horas/aulas, ou seja 01 crédito, em cada uma das disciplinas que compõem o curso, o que resulta ao final de cada semestre em 75 horas/aulas.

Apesar de todo empenho do Conselho de Curso de Pedagogia, ainda hoje, em 2011, falta clareza por parte de professores e alunos dos reais objetivos dos Núcleos de Estudos Integradores; falta entrosamento entre os professores de cada semestre para articular/integrar um tema que, de fato, contribua para a formação do pedagogo, agora com múltiplas “habilidades” adquiridas em quatro anos.

A formação das primeiras turmas sob a “nova” grade curricular, já nos permite afirmar, através de uma rigorosa avaliação, que o curso necessita de ajustes significativos. A forma como o estágio foi organizado e é “supervisionado” acarreta lacunas na formação deste profissional com múltiplas qualificações (professor, administrador, orientador, especialista em inclusão, etc.). Do mesmo modo, o que deveria proporcionar um trabalho coletivo e de fato formativo que são os Núcleos de Estudos Integradores, passou a ser objeto de “piadas” e a ter um uso indevido tanto por parte de alunos quanto de professores.

Do mesmo modo, alterou-se o perfil do aluno que agora ingressa na Universidade para cursar Pedagogia. Não são mais os atraídos pela “propaganda enganosa”, buscam exatamente o curso que é divulgado nos guias e manuais do estudante. Um curso de quatro anos, sem necessidade de cursar habilitações específicas e que lhe dão um título para desenvolver inúmeras tarefas tanto no espaço escolar quanto em outras instituições. Enfim, um curso bem adequado às novas necessidades do mundo moderno: “rápido”, generalista; poliformativo, etc, e que, ainda assim, perde na concorrência com outras modalidades que são oferecidas com mais rapidez, menos esforço e, certamente, com menos custos.

O tempo dirá se tais cursos servem realmente para formar, com boa qualidade, os professores e demais profissionais da educação.

É fato que os egressos da primeira turma, talvez por sentirem-se “enganados”, fizeram uma avaliação pormenorizada do Curso, levantaram inúmeros problemas, denunciaram práticas docentes que ainda comportam o uso de “caderninhos

amarelados” pelo tempo e de formas mais modernas de reprodutivismos que fazem uso de equipamentos de multimídia, no entanto, os mesmos servem, simplesmente para substituir os “amarelinhos”, já que a finalidade e resultados são os mesmos. Contudo, ao mesmo tempo em que levantaram problemas e foram generosos nas críticas, também o foram em propor soluções. Ao final do curso, verificou-se um amadurecimento tanto pessoal quanto intelectual o que demonstra que, apesar, dos problemas, conseguimos de fato formar, com boa qualidade esses alunos. O uso de material didático “amarelado” pelo tempo em nova grade curricular, demonstra que, as mudanças residem mais na aparência do que na essência.

Considerações finais

Apesar das imposições legais, é possível verificar, através de documentos, que a preocupação com a formação do professor com as características propostas em 1991 é constante tanto no âmbito dos Departamentos de Educação responsáveis pelo curso quanto pelos órgãos colegiados competentes para autorizar ou não mudanças curriculares.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, tornou-se premente a necessidade de adequar o curso às novas exigências legais. No entanto, a Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/ Câmpus de Marília, manteve a habilitação para o Magistério como obrigatória no Curso de Pedagogia ampliando-a para o ensino fundamental (séries iniciais), elegendo como prioridade do curso a formação do professor e possibilitando ao educando a livre escolha de uma das outras oito habilitações que até então eram oferecidas.

Neste formato o curso era reconhecido pela comunidade acadêmica interna e externa como um dos melhores do Brasil e a sua atuação na área da educação especial que comportava quatro habilitações foi pioneira e de reconhecido valor em todo o território nacional.

As mudanças recentes provocaram verdadeiras rupturas na organização curricular do curso cujas conseqüências, positivas ou negativas, serão reveladas pelo tempo.

Referências

CONSELHO DE CURSO DE PEDAGOGIA. *Proposta de Reestruturação do Curso/* Processo n^o 790/89, v. III.. Marília : Faculdade de Filosofia e Ciências, 1990.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CNE/CP n ° 5/2005* Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CNE/CP n ° 3/2006* Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2006.

UNIVERSIDADE ESTATUAL PAULISTA. *Resolução UNESP n ° 15*. São Paulo: UNESP, 1991.